

TERMO DE REFERÊNCIA 40/2026

Projeto “Território e Saúde: olhares e estratégias Guarani e Timbira”

1. Objeto da contratação:

Contratação de pessoa jurídica para o desenvolvimento de estudo interdisciplinar integrando aspectos ambientais, territoriais, sociais, culturais e jurídicos sobre os impactos cumulativos e sinérgicos de empreendimentos de infraestrutura e logística no Litoral do Estado do Paraná, incluindo e corredores ferroviários e rodoviários no entorno de terras indígenas (Tupã Nhe’e, Sambaqui, Cotinga, Kuaray Haxa, Superagui, Cerco Grande, Araça’i e Ka’aguy Mirim) e unidades de conservação, bem como em seus processos de licenciamento ambiental, consulta às comunidades e aspectos relativos às mudanças climáticas.

2. Contextualização da Instituição

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural.

O CTI atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui três grandes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e ações de fortalecimento cultural

3. Sobre o Projeto “Território e Saúde: olhares e estratégias Guarani e Timbira”

O projeto visa implementar estratégias para enfrentamento das alterações climáticas, do desmatamento e pressões do entorno em terras indígenas de Povos Timbira, dentro da Amazônia Legal, com ações de saúde e proteção territorial, e em terras indígenas de Povos Guarani, fora da Amazônia Legal, com ações de monitoramento e proteção territorial.

Nas terras indígenas dos povos Timbira, localizadas na Amazônia Legal, as ações se concentram na articulação entre saúde, cultura e território. Frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas, o projeto apoia estratégias comunitárias de adaptação e resistência, com foco no fortalecimento das práticas tradicionais e da gestão autônoma dos territórios, priorizando o

manejo sustentável dos recursos naturais, a preservação das roças e alimentos tradicionais, a valorização da medicina indígena e dos conhecimentos dos especialistas, bem como o aprimoramento da vigilância territorial e o acesso à atenção básica em saúde.

Entre os povos Guarani, nas regiões sul e sudeste do Brasil, o foco está no fortalecimento da gestão e proteção territorial e ambiental de suas terras e da Mata Atlântica. As ações buscam integrar tecnologias de monitoramento territorial com os saberes e práticas tradicionais de gestão territorial e ambiental, fortalecendo a atuação de agentes ambientais e lideranças indígenas Guarani na defesa das terras indígenas e do Bioma, tendo como principal ênfase o trabalho nas terras guarani localizadas na região do Vale do Ribeira (SP) e do Litoral do Paraná.

4. Descrição das atividades a serem desenvolvidas

A consultoria tem como objetivo a análise crítica e territorializada dos impactos ambientais cumulativos e sinérgicos gerados pelos grandes empreendimentos de desenvolvimento em andamento ou previstos para o estado do Paraná, incorporando a visão, a percepção e os critérios guarani sobre tais impactos. O foco reside na compreensão de como a expansão desses projetos, especialmente no contexto do agronegócio e da logística (setores nos quais o Paraná é referência nacional), pressiona os territórios tradicionais, as áreas protegidas e os serviços ecossistêmicos, agravando as vulnerabilidades sociais e ambientais. A análise deverá considerar o novo marco legal do licenciamento ambiental (Lei Federal nº 15.190/2025) e seus efeitos sobre a avaliação desses impactos, mas também os impactos percebidos pelas comunidades Guarani (Tupã Nhe'e, Sambaqui, Cotinga, Kuaray Haxa, Superagui, Cerco Grande, Araça'i e Ka'aguy Mirim) sobre seus modos de vida, relações com o território, saúde coletiva, práticas culturais, espirituais e o equilíbrio do ambiente natural do entorno das aldeias. O objetivo final é gerar subsídios técnicos robustos para a incidência política, o fortalecimento da governança territorial e a defesa dos direitos das comunidades indígenas e tradicionais frente a empreendimentos de grande porte.

Entre as principais atividades a serem desenvolvidas estão:

- Realizar um diagnóstico integrado e abrangente do panorama dos grandes projetos de desenvolvimento (ex.: portos, ferrovias, rodovias, complexos energéticos) implantados, em processo de licenciamento ambiental e previstos para implementação no Litoral do Estado do Paraná.
- Identificar espacialmente, por meio de mapas e análises geoespaciais, os empreendimentos existentes e planejados, territórios indígenas (e tradicionais e unidades de conservação;
- Análise dos documentos relativos aos empreendimentos, tais como os EIAs/RIMAs e seus componentes indígenas, especificamente dos meios antrópico, biótico e físico com destaque à sinergia e cumulatividade dos impactos;

- Analisar criticamente os documentos relativos aos empreendimentos, tais como os EIAs/RIMAs e seus componentes indígenas, licenças ambientais e demais documentos técnicos visando identificar a regularidade processual e a abordagem (ou omissão) de questões associadas aos impactos cumulativos, sinérgicos e também às mudanças climáticas;
- Realizar uma revisão bibliográfica e documental sobre a legislação federal e estadual e suas implicações práticas para a análise de impactos cumulativos, sinérgicos, e sobre os efeitos das mudanças climáticas no processo de licenciamento;
- Avaliar as limitações dos atuais Estudos de Impacto Ambiental e Componentes Indígenas realizados de forma isolada;
- Incorporar, sempre que possível, leituras e percepções guarani sobre os impactos, a partir de registros existentes, oficinas, diálogos ou outras metodologias participativas, evidenciando:
 - alterações percebidas no ambiente natural;
 - efeitos sobre a saúde, a alimentação, a mobilidade e os rituais;
 - impactos cumulativos ao longo do tempo, muitas vezes não reconhecidos nos estudos formais.
- Identificar riscos socioambientais, territoriais e culturais associados à intensificação dos corredores logísticos no litoral do Paraná;
- Propor diretrizes e recomendações para abordagens integradas de avaliação, mitigação e compensação de impactos.

5. Produtos Associados

Produto 1	Plano de Trabalho	Mês 1
Produto 2	Identificação espacial, por meio de mapas e análises geoespaciais, dos empreendimentos existentes e planejados, territórios indígenas e tradicionais e unidades de conservação;	Mês 2
Produto 3	Análise dos documentos relativos aos empreendimentos, tais como os TRs, EIAs/RIMAs e seus componentes indígenas, especificamente dos meios antrópico, biótico e físico com destaque à sinergia e cumulatividade dos impactos; Análise crítica dos documentos relativos aos empreendimentos, tais como os EIAs/RIMAs e seus componentes indígenas, licenças ambientais e demais documentos técnicos com a identificação da regularidade processual e a abordagem de questões associadas aos impactos cumulativos, sinérgicos e às mudanças climáticas; Revisão bibliográfica e documental sobre a legislação federal e estadual e suas implicações práticas para a análise de impactos	Mês 8

	cumulativos, sinérgicos, e sobre os efeitos das mudanças climáticas no processo de licenciamento;	
Produto 4	Avaliação das limitações dos atuais Estudos de Impacto Ambiental e Componentes Indígenas realizados de forma isolada; Identificação das leituras e percepções guarani sobre os impactos, a partir de registros existentes, oficinas, diálogos ou outras metodologias participativas, evidenciando as alterações percebidas no ambiente natural; efeitos sobre a saúde, a alimentação, a mobilidade e os rituais; impactos cumulativos ao longo do tempo, muitas vezes não reconhecidos nos estudos formais. Identificação dos riscos socioambientais, territoriais e culturais associados à intensificação dos corredores logísticos no litoral do Paraná; Diretrizes e recomendações para abordagens integradas de avaliação, mitigação e compensação de impactos. Relatório final consolidado, contendo síntese dos achados, integração entre análises técnicas e percepções Guarani, recomendações estratégicas e subsídios para incidência política e monitoramento.	Mês 12

6. Qualificações e habilidades necessárias

- Formação superior completa em ciências ambientais, geografia, engenharia ambiental, antropologia, sociologia ou áreas correlatas.
- Experiência comprovada em análise de impactos ambientais e socioambientais, licenciamento ambiental e estudos de viabilidade socioambiental.
- Familiaridade com ferramentas de geoprocessamento e análise espacial.
- Conhecimento da legislação ambiental brasileira e do contexto do licenciamento no Paraná.
- Capacidade de comunicação oral e escrita clara, com experiência na elaboração de relatórios técnicos.
- Disponibilidade para trabalho de campo em aldeias no estado do Paraná.
- Experiência de trabalho ou pesquisa com comunidades indígenas e tradicionais.
- Publicações ou trabalhos anteriores sobre impactos cumulativos, sinérgicos ou avaliação ambiental estratégica.
- Conhecimento sobre políticas públicas de gestão territorial e direitos coletivos.

- Atuação prévia em processos de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, em especial daqueles planejados e implementados no estado do Paraná
- Possuir CNH (categoria B) válida.

7. Processo de Contratação

As pessoas jurídicas interessadas deverão encaminhar portfólio e/ou currículo, juntamente com proposta comercial, contendo a descrição da metodologia de trabalho, prazos de execução e valores correspondentes a cada produto ou etapa prevista para o e-mail selecaocti@trabalhoindigenista.org.br. A mensagem deve conter, no campo “assunto”, a informação: SELEÇÃO – TR 40/2026 -[Nome do Candidato].

Serão analisadas apenas propostas que apresentem a documentação completa e estejam em conformidade com os termos desta solicitação.

A instituição contratante entrará em contato exclusivamente com as propostas que avançarem para a etapa de negociação.

8. Prazos

- Até 20/03 – Envio de propostas comerciais e documentação técnica
- Até 22/03 – Comunicação às proponentes cujas propostas avancem para a etapa de negociação
- De 23 a 25/03 – Reuniões técnicas para alinhamento e esclarecimentos (quando necessário)
- Entre 26 e 30/03 – Previsão de início da vigência do contrato